

## IMPASSES E DESAFIOS: COMO AVANÇAR? | RAUL PONT

Esta contribuição ao debate no PT procura dar continuidade ao texto "O PT e o futuro: impasse e desafios", de fevereiro de 2023, onde fazíamos uma síntese, um resgate dos nossos 43 anos de existência.

Primeiro, para evitar repetições daquele balanço, segundo para priorizar, focar, principalmente no momento em que vivemos, onde percebemos uma paralisia, uma indefinição diante da conjuntura e do governo que elegemos e, obviamente, apoiamos.

É evidente que o PT vive esse impasse de falta de iniciativas próprias que vão além da defesa e do apoio ao governo e do voto e articulação das nossas bancadas no Congresso.

A espera e a subordinação às iniciativas do governo levam a uma postura passiva do Partido, agravada pela condição do Parlamento brasileiro e do nosso sistema eleitoral que fraudada e distorce a efetiva representação do povo brasileiro. No auge das recentes ocupações feitas pelo MST, o presidente Lula comentou que enquanto "o MST elege 3 ou 4 representantes regionais do movimento, o agronegócio possui 300 deputados que lhe dão apoio". É visível a distorção da representação social, mas isso vale para outras categorias e setores sociais e não é determinado apenas pelo poder econômico. É fruto direto, também, do sistema eleitoral baseado no voto nominal e na ausência de partidos com ideologia e programas que coesionem e deem coerência ao comportamento parlamentar e ao voto dos eleitos.

O governo vive o drama permanente da dependência ao Congresso sob controle do chamado "centrão", o grande bloco de partidos que apoiaram o governo anterior, mas não se reivindicam do "mito" como o PL e o Republicanos, legítimos bolsonaristas-raiz. O "centrão" está permanentemente de olho nos cargos, nos ministérios, nos órgãos de desenvolvimento regional, nos bancos e empresas públicas e possuem uma gula insaciável pelo orçamento e as "emendas parlamentares impositivas", essa figura esdrúxula do presidencialismo brasileiro. O governo, dessa forma, fica refém, subordinado, prisioneiro dessa lógica esquizofrênica da política nacional. Vence as eleições, mas o projeto que expressa a maioria é cercado pelas armadilhas existentes à construção de uma dinâmica macroeconômica desenvolvimentista e distributivista (como o Banco Central apoiado na decisão antidemocrática de sua independência frente

ao governo eleito) e por um sistema eleitoral dominado pelo poder econômico e montado para perpetuar essas instituições.

Nesse quadro, as Federações do campo da esquerda, que compõem a base mais sólida e confiável do governo, tendem a ficar subordinadas à lógica das iniciativas do governo e à frenética corrida para diminuir danos no Congresso, de suas estruturas, CPIs, plenário, representações que consomem a maior parte do tempo das lideranças públicas dos partidos governistas.

O desafio que temos diante de nós é não sucumbirmos a essa lógica de reprodução do sistema ou a um ritmo secular de pequenos e concedidos avanços que nos levarão a um horizonte incerto e aonde chegaremos exauridos.

A opção que imaginamos necessária começa pelo Partido e as Federações aliadas. Sem abdicar de defender e apoiar o governo, o PT e nossos aliados de esquerda, precisamos recuperar uma identidade própria, um sentido de futuro, que seja visível e compreendido pela sociedade brasileira. Ou seja, uma atualização programática, com propostas e bandeiras que visualizem alternativas ao quadro atual que vivemos, cinzento, confuso, opressor, tendendo à barbárie no Brasil e no mundo. Unificar as Federações de esquerda ou uma Frente de Esquerda é o caminho para construir essa identidade.

Precisamos retomar o otimismo da virada do século no combate ao fórum dos ricos e poderosos de Davos, responsáveis por essas políticas econômicas de exploração, miséria e desigualdade social e reafirmar que "outro mundo é possível". Agora não como simples bandeira de propaganda, mas com um conjunto de políticas públicas que efetivamente mudem a vida das pessoas e favoreçam que elas possam ser também protagonistas dessa construção de novos horizontes que nos façam caminhar.

Para isso, a observação preliminar é de que a luta anticapitalista não tem um modelo pronto e acabado para servir de guia. Aprender com os erros e os acertos, formular políticas públicas que sejam compreensíveis e tornem seus agentes protagonistas das mudanças e conquistas, é um bom método para avançar. Nesse sentido, o PT e nossos aliados, da forma mais unificada possível, necessitam fortalecer um projeto de democracia participativa que seja um norte programático permanente e radicalmente distinto da mera representação burocrática dominante atual. A iniciativa

do governo em relação ao Plano Plurianual é correta e necessária, mas precisa desdobrar nos orçamentos anuais e, principalmente, como fazê-los.

Como programa estratégico, o Partido precisa unificar o conjunto de seus filiados e militantes nessa direção (prefeitos, vereadores, deputados, governos, militantes setoriais etc.). Um projeto estratégico é para ser assumido nas várias frentes de atuação. Não pode ser experiência isolada ou de quem concorda, mas uma política partidária coesa, unificada, semelhante em todo o país. Isso vale para vereadores, nos governos ou na oposição. Nas grandes instituições públicas como as Universidades e Institutos Federais envolvendo professores, funcionários e estudantes.

Nossas experiências municipais dos anos 90 serviram como fortes referências, mas não eram assumidas na mesma direção pelo conjunto do Partido. Nunca desenvolvemos mecanismos de participação dos trabalhadores nas grandes empresas públicas, por exemplo. A construção de uma democracia participativa será obra coletiva e generalizada ou não será. Seu desenvolvimento e eficácia nos obrigará a apresentar alternativas às instituições e formas de gestão atuais. Neste momento, de necessário e firme combate contra as "emendas parlamentares impositivas" e o "orçamento secreto", de recuperação da governabilidade e do planejamento no gasto público, nossas bancadas podem dar seu exemplo concreto nesse sentido. As bancadas federais e estaduais em cada Estado podem organizar o debate público e a participação com movimentos sociais e regionais, junto com o processo inaugurado com o Plano Plurianual, da decisão e alocação dos recursos públicos que temos acesso. Em uma política de enfrentamento ao clientelismo e fortalecimento conjunto com o governo Lula e que aponta, nitidamente, para outra forma de governar. Esse é o caminho para a experiência e aprendizado do "orçamento participativo", de uma democracia participativa.

Sobre o sistema eleitoral, da mesma forma, é flagrante seu caráter não democrático. Mas, hoje o partido não tem um projeto que unifique essa luta nacionalmente e há anos não faz um debate profundo que integre a experiência parlamentar com uma estratégia de democracia participativa. A facilidade com que as bancadas se acostumam com a prática clientelista das emendas parlamentares impositivas ou não, em todo o país, revela essa contradição. Vamos conviver com um

presidencialismo manietado e chantageado permanentemente ou com um semiparlamentarismo sem responsabilidades na gestão, até quando?

O voto nominal é despolitizado, personalista e estimulador da corrupção, mas não temos uma proposta unificada no Partido para substituí-lo. Não vale a resposta simplista e pragmática de que "não há relação de forças" no Congresso para mudar o sistema atual. Ora, se quisermos mudá-lo é necessário um longo período de agitação, de propaganda, de acúmulo de forças com outros setores para que se torne uma vontade majoritária na sociedade. O voto em lista partidária não qualificaria a representação e fortaleceria os partidos identificando programas? Defender como proposta partidária a lista fechada composta com igualdade de gênero não mobilizaria e traria mais mulheres para o Partido ou a Federação? A existência de piso (8) e teto (70) por Estado na representação da cidadania na Câmara Federal frauda o princípio elementar de "um cidadão, um voto" e favorece a representação onde o poder econômico e o coronelismo político mais pesam em detrimento dos Estados mais populosos e urbanizados.

Qual a posição nacional do PT sobre isso? A cada eleição reclamamos dos resultados, mas não enfrentamos suas causas com propostas alternativas que amadureçam na consciência popular e se transformem em força material na luta política. Um programa atualizado com essas questões pode ter um papel inicial agitativo, mas se for acompanhado de projetos de leis ou emendas constitucionais com mobilizações setoriais ou com outras áreas que potencializem esse debate, logo adquire outra dimensão política e leva o problema, também, para o interior dos outros partidos.

Outro tema relevante é a política tributária vigente, altamente regressiva. Repetimos em nossas campanhas que somos favoráveis aos impostos diretos de "quem tem mais, pague mais". Isso é insuficiente, precisa ser traduzido de forma mais concreta. Uma plataforma de lutas tem que estabelecer prioridades e tornar de mais fácil visualização e compreensão o que queremos mudar.

Num país com mais de 8 milhões de km<sup>2</sup>, marcado por extensos latifúndios, o Imposto Sobre Propriedade Rural (ITR) mal chega a 1% do conjunto dos tributos arrecadados pelos três entes federados. Imposto, portanto, com grande potencial sobre latifúndios, assim como os tributos de sucessão e herança, diretos e progressivos. O governo Lula atual fez uma leve isenção do Imposto de Renda para os menores salários

mas as distorções continuam e o limite de 27% nas maiores faixas de renda aprofunda a desigualdade social. Precisamos ser identificados como a força política que combate essas distorções com algumas bandeiras de fácil identificação e compreensão pelos eleitores, deixando claro que não se trata de gravar assalariados e toda gama de pequena produção urbana ou rural, mas sim de pessoas muito ricas e especuladores que vivem da reprodução do próprio dinheiro.

Nossas experiências de governo nos permitem elencar palavras de ordem e propostas sobre tributos diretos sobre lucros, rendas, propriedade rural e urbana, sucessão (heranças), capital financeiro que unifiquem campanhas eleitorais, lutas reivindicativas e a prática dos nossos parlamentares e administradores quando somos governo ou atuando como oposição.

A definição pelo TSE da inelegibilidade de Bolsonaro é um marco democrático importante no sentido de minar a estrutura e legitimidade deste movimento de características fascistas e antidemocráticas. Ele deve prosseguir, combinando a condenação no plano jurídico dos responsáveis pelos crimes cometidos pelo bolsonarismo e a disputa das bases sociais deste movimento, em particular junto aos setores populares e das classes trabalhadoras.

O Banco Central, dirigido por um bolsonarista e neoliberal, apoiado na decisão antidemocrática de sua independência frente ao governo eleito, continua sendo o principal obstáculo à construção de uma dinâmica macroeconômica desenvolvimentista e distributivista. Cada vez mais isolado, mesmo entre as classes empresariais, ele deve ser objeto de uma campanha, já iniciada, mas que deve crescer pela sua remoção do posto e por uma nova política de forte redução imediata da taxa de juros Selic, bem como de medidas de barateamento acelerado do crédito público e privado.

As lutas feministas e antirracista devem iluminar toda a dimensão do programa, trazendo para a defesa de políticas públicas e garantia de direitos todo o acúmulo e potencial de lutas dos movimentos feministas e antirracistas.

O Brasil continua a passar por um contexto de emergência ecológica e sanitária, sendo a reconstrução e avanço das políticas para estas áreas prioritárias neste próximo período.

Outro tema que exige definições em um programa de identidade política é a segurança pública. Pela Constituição Federal, os Estados têm a responsabilidade sobre

o policiamento ostensivo, penal e judiciário. A Constituição Federal de 1988 consolidou a herança da ditadura em militarizar as polícias estaduais, inclusive, subordinando-as às Forças Armadas e com isso impedindo a autonomia que entes federados deveriam ter para organizar seus sistemas de segurança de acordo com sua autonomia federativa, suas particularidades regionais de história, cultura, população, urbanização etc. Na recente crise de 8 de janeiro, vimos mais uma vez os riscos que corre a democracia brasileira com essa verticalização militarizada imposta pela ditadura nos anos 60. A segurança que a sociedade precisa é civil, cidadã, que permita que os Estados possam construí-las muito mais bem preparadas e equipadas, aproveitando as experiências internacionais mais exitosas. Bom policiamento ostensivo, preventivo, penal, não combina com a pesada, burocrática, hierárquica e caríssima estrutura militarizada das atuais PMs.

Em conjunto com as bancadas e o nosso governo federal, o Partido e a Federação precisam incorporar programaticamente propostas de reestruturação desses serviços a partir dessa visão civil, cidadã, que respeite os direitos humanos, que coloquem fim ao genocídio nas periferias que atinge principalmente a população negra do país, que tenham caráter comunitário e profissionalmente especializada de uma segurança pública.

Outros temas que precisamos enfrentar e recuperar numa visão de sociedade democrática e igualitária que a Constituição aponta são as questões salariais e da jornada de trabalho. O avanço científico-tecnológico permitiu nas últimas décadas um avanço impressionante na produtividade humana sem que isso se refletisse na jornada de trabalho. Ao contrário, a robotização, tecnologia da informação, têm sido responsáveis pelo desemprego, pela precarização do trabalho e o aumento das jornadas de trabalho dos que são empurrados para o mercado informal e pela uberização e os aplicativos de serviços. A política de valorização do salário-mínimo nacional retomada pelo governo Lula tem que ser potencializada para maior e mais rápida recuperação, assim como já demonstram os resultados nos Estados que possuem salários-mínimos regionais acima do nacional. Não concorrem nem quebram empresas e são dinamizadores do consumo e da melhoria das condições de vida das pessoas. A elevação do salário-mínimo que responda ao custo de vida histórico, com todas as exigências que a vida urbanizada e os avanços tecnológicos nos colocam, e não apenas a reprodução

física da força de trabalho pelo capital, é uma bandeira central da nossa luta como Partido.

Atualmente, até os analistas de direita reconhecem que o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo. O problema é que essa desigualdade não existe apenas nas relações capitalistas de trabalho e da grande parcela de deserdados, marginalizados, no campo e na cidade, frutos da escravidão e da marginalização de milhões pela sociedade dependente e subdesenvolvida que herdamos do colonialismo. Essa desigualdade se reproduz no próprio setor público onde as distâncias salariais se parecem com o mercado capitalista. Vem se naturalizando a formação de verdadeiras castas no setor público através de mecanismos que burlam até princípios elementares do liberalismo representativo. Órgãos como Conselho Nacional de Justiça decidem e “legislam” salários, vantagens, privilégios, que em cascata, se aplicam em todo o país sem considerar as enormes diferenças entre Estados e seus orçamentos. O STF virou um indexador que imediatamente desencadeia uma cascata salarial no Judiciário, no MP, nos Tribunais de Conta, na Justiça Militar. Daí segue para as Procuradorias, carreiras policiais e militares, Congresso, Assembleias, Câmaras Municipais etc. Muitos Estados chegaram a aprovar leis e outros tentaram estabelecer automaticidade deste processo justificando inclusive, “para evitar desgaste” nas votações nos legislativos. O STF, recentemente, reconheceu a inconstitucionalidade e a necessidade de lei correspondente de cada reajuste, mas isso não impede que a referência nacional continue “legalizando” os projetos de lei. A vitaliciedade de carreiras, as previdências próprias no Judiciário e no Congresso, os orçamentos dos poderes transformam-se em argumentos para quem quer criticar o sistema democrático a partir dessas desigualdades. Isso se expressa também nas condições de trabalho e nos serviços prestados. Basta visitarmos os Tribunais, os Parlamentos, os Quartéis Gerais, os Palácios Administrativos e depois entrarmos em uma escola pública, em uma Unidade Básica de Saúde ou em uma cadeia, para constatar o abismo na prestação de serviços públicos.

Apesar de estar na lei o vínculo por mandatos eletivos com o INSS, sobrevivem as previdências privilegiadas no Congresso, em Estados (ou se tentam criá-las) e pensões a ex-governantes, todas sustentadas pelo Orçamento Público. Sem assumirmos propostas que extingam tais privilégios, vamos abdicando do caráter republicano do

Estado e nos acostumando também com as benesses. Apesar de termos assinado e nos comprometido com a Constituição de 1988, votamos contra seu texto final pela série de insuficiências e conservadorismos que mantinha. Nesses últimos 30 anos abdicamos de tratar desses temas sem avançar no processo democrático da transição “lenta e segura” e, aos poucos, vamos nos transformando em mais um partido da ordem estabelecida.

As questões aqui tratadas não esgotam um programa partidário que precisa absorver a infinidade de desafios que se colocam quando somos governo, da defesa do meio ambiente às relações de trabalho e participação dos servidores no ente federado que assumimos via o processo democrático. Da mesma forma, não tratamos das macros políticas econômicas e sociais que o governo deve retomar e fazem parte do acúmulo alcançado na elaboração do programa de governo (mobilidade urbana, ferrovias, energias alternativas, área do óleo e gás, indústria naval, indústria automotiva, reforma universitária, escola-cidadã etc.).

Nosso objetivo é retomar a elaboração estratégica no partido e nas Federações do campo da esquerda para enfrentarmos o debate sobre as instituições atuais do Estado Brasileiro e o que representam na reprodução da sociedade capitalista dependente brasileira. Não há como avançar numa estratégia de revolução democrática que propagamos com as instituições e sistemas eleitorais e de gestão existentes. Estas não só reproduzem o desigual e desumano capitalismo brasileiro, bloqueiam e impedem reformas, mas, possuem também uma poderosa capacidade de cooptação e aliciamento para sua perpetuação.

Por tudo isso, o Partido tem que estar atento e protagonista na organização de um amplo movimento na sociedade que se integre na crítica a instituições e práticas consideradas anacrônicas e burocráticas que acumulam vantagens e privilégios pessoais ou corporativos. Nada impede que esse movimento, combinando iniciativas de governo e muita mobilização social, encontre, mais uma vez, a luta por uma verdadeira Constituinte soberana e exclusiva, que vá além dos limites do Congresso-constituente de 1988, para unificar um projeto transformador para o país.

**Raul Pont** é professor, ex-prefeito de Porto Alegre, membro do Diretório Nacional do PT e da Coordenação Nacional da Democracia Socialista.